

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de junho de 2025 às 07h56
Seleção de Notícias

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Atualização das regras de preço de medicamentos: a nova proposta da CMED 3

Metrópoles Online | BR-DF

Pirataria

Cigarros do CV invadem região brasileira e dão rombo bilionário à indústria 5

COLUNAS | CARLOS CARONE | LARICE DE PAULA

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online | BR

01 de junho de 2025 | Marco regulatório | INPI

5 produtos brasileiros que você não sabia que têm indicações geográficas 7

BANCO DE IDÉIAS | JULIANA VENTURA

Exame.com | BR

01 de junho de 2025 | Direitos Autorais

Universal, Warner e Sony negociam direitos com startups que fazem música com IA 9

ANDRÉ LOPES

Folha.com | BR

01 de junho de 2025 | Marco regulatório | INPI

Empresa de totens de segurança faz contratos com governos sem patente reconhecida pelo Inpi . 11

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | ALEX SABINO | CARLOS PETROCILO

O Globo Online | BR

01 de junho de 2025 | Pirataria

Gravadoras começam a negociar venda de música a empresas de inteligência artificial 13

ÚLTIMAS NOTÍCIAS | O GLOBO

Atualização das regras de preço de medicamentos: a nova proposta da CMED



O controle de preços de medicamentos é uma realidade no Brasil que se consolidou em 2003 com a promulgação da Lei 10.742/2003. O objetivo da lei foi promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que incentivam a oferta de medicamentos e a competitividade do setor. Também instituiu a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), do Conselho de Governo, conferindo-lhe poderes para fixar, ajustar e monitorar o preço de medicamentos em todo o território nacional.

Desde então, a CMED regula o setor, tendo a Resolução CMED 2/2004 como o ordenamento central. A norma estabelece os critérios para a precificação de medicamentos dentro do modelo de preço fábrica: um preço teto determinado a partir de variáveis como o menor preço internacional (dentro de uma cesta de nove países de referência, além do país de origem do produto), o custo de tratamento comparador e a média de preços locais.

Os reajustes anuais dos preços dos medicamentos também são regulados pela CMED e são calculados com base em uma fórmula que leva em consideração a da inflação, os custos de produção e os ganhos de produtividade do setor farmacêutico.

Os medicamentos foram subdivididos pela Re-

solução CMED 2/2004 em seis categorias, sendo que, para cada uma delas, foram atribuídas regras específicas de precificação. Por exemplo, no caso de produto novo com molécula patenteada no Brasil e ganho terapêutico comprovado (Categoria 1, nos termos da Resolução CMED 2/2004), o preço máximo de venda, ou seja, o preço fábrica, é definido com base no menor preço internacional praticado pela empresa nos países que compõem a cesta de referência da CMED, além do país de origem do produto.

No caso de produto novo que não atende aos requisitos da Categoria 1 (Categoria 2), o preço fábrica é definido com base no custo de tratamento com os medicamentos utilizados para a mesma indicação terapêutica (comparador), não podendo ser superior ao menor preço praticado dentre os países mencionados na cesta de países de referência da CMED. A regra de precificação dos genéricos (Categoria 6), por sua vez, é objetiva: o preço fábrica não pode ser superior a 65% do preço do medicamento de referência correspondente.

Ainda, nos termos da Resolução CMED 2/2004, os medicamentos que não se enquadram nas categorias existentes devem ser tratados como "caso omissos", sendo os critérios de precificação determinados pela CMED.

Ocorre que, com o avanço de novas tecnologias de tratamento, como medicamentos biológicos e terapias avançadas, a CMED tem classificado um número crescente de pedidos de precificação de medicamentos como casos omissos, impondo, em alguns casos, preços provisórios sob a justificativa de defasagem legislativa. Esse cenário gera insegurança jurídica no mercado de produtos inovadores.

Diante desse contexto, desde 2021, o Ministério da Economia vem atuando na revisão do marco regulatório de precificação de medicamentos, o que re-

Continuação: Atualização das regras de preço de medicamentos: a nova proposta da CMED

sultou na recente publicação da Consulta Pública no último dia 12 de maio, aberta para contribuições do público em geral até o próximo dia 10 de julho

A proposta de novo texto normativo não altera as bases do modelo existente, sobretudo o modelo de preço máximo de comercialização (preço fábrica). Entretanto, altera e amplia a cesta dos países de referência, excluindo a Nova Zelândia e incluindo Alemanha, Noruega, Japão, México, África do Sul e Reino Unido à Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Itália e Portugal e o país de origem. Inclui regras específicas para precificação de inovação incremental, bem como para biossimilar/biológico não novo e transferência de titularidade.

Ademais, admite que seja estabelecido preço fixo entre apresentações com diferentes concentrações quando o preço internacional for fixo ou quando, no cálculo do custo de tratamento, ficar demonstrado que diferentes concentrações do mesmo medicamento resultam no mesmo efeito terapêutico.

Por fim, a proposta elenca um rol de hipóteses em que o preço fábrica pode ser determinado com base no racional da empresa, por exemplo, quando houver manufatura básica do processo produtivo internalizada no País ou atividade inovadora realizada no país.

Algumas mudanças importantes trazidas na proposta de texto normativo, contudo, demandam uma avaliação cautelosa, sobretudo as hipóteses que permitem à CMED fixar preço provisório, bem como a possibilidade de a CMED rever suas próprias decisões em sede de autotutela se detectar erro na análise documental em qualquer instância decisória.

Especificamente em relação ao preço provisório, o regime vigente admite que seja fixado apenas para medicamentos enquadrados na Categoria 1 sem referência de preço em pelo menos três países da cesta.

Na proposta de nova resolução, a CMED terá poderes para estabelecer preços provisórios: (i) quando da ausência de comercialização do produto em no mínimo cinco países da cesta; (ii) no caso de medicamentos novos cujo pedido de **patente** ainda esteja sob exame no **INPI**; (iii) no caso de produtos cujo registro sanitário exija complementação pós-registro (caso típico de terapias avançadas e medicamentos para doenças raras); e (iv) de ofício diante da inércia do interessado em requerer o preço para o medicamento no prazo de 60 dias contados da concessão do registro sanitário.

Como exceção à regra geral, a proposta de resolução excetua da provisoriedade o preço os produtos novos desenvolvidos e fabricados no país, mesmo quando os requisitos supra estiverem caracterizados.

Por outro lado, questões relevantes não foram enfrentadas, como a vinculação do enquadramento de produto novo à existência de patente de molécula no Brasil e os critérios atualmente utilizados na precificação de biológicos não novos/biossimilares.

A proposta de atualização da CMED representa um passo importante para modernizar o sistema de precificação de medicamentos. É fundamental, contudo, que as regras sejam claras, objetivas e proporcionem segurança jurídica tanto para o setor produtivo quanto para a administração.

A versão final da norma deve considerar os comentários do setor e buscar o equilíbrio entre acesso, inovação e sustentabilidade do sistema de saúde, promovendo um ambiente regulatório moderno, transparente e flexível, capaz de acompanhar a evolução do mercado farmacêutico e atender às necessidades da população brasileira.

Cigarros do CV invadem região brasileira e dão rombo bilionário à indústria

COLUNAS



O avanço do mercado ilegal movimentou 34 bilhões de unidades de cigarros ilícitos no Brasil em 2024, especialmente no Nordeste

O Instituto de Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) divulgou um estudo sobre a venda ilegal de cigarros, o avanço e o abastecimento do crime organizado no Nordeste.

Financiamento ao crime organizado

A pesquisa encomendada pelo Fórum Nacional contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) mostra que em 2024, os estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte concentraram os maiores índices de venda de cigarros ilícitos no país. Por lá, a cada 100 cigarros comercializados, 43 são ilegais - um índice que supera a média nacional, que é de 32%.

Esse contrabando e a evasão fiscal favorece a atuação do crime organizado, que encontra nesse comércio ilegal uma fonte expressiva de financiamento.

Veja a movimentação:

No Maranhão, 70% dos cigarros vendidos ilegalmente movimentaram R\$ 356 milhões para o crime em 2024, gerando uma evasão de R\$ 111 milhões em ICMS.

O Piauí e o Rio Grande do Norte concentram 68% dessa participação ilícita, com destaque para o primeiro estado, onde o comércio rendeu R\$ 135 milhões no ano.

O levantamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública revela que 46 das 88 organizações criminosas mapeadas no Brasil têm forte atuação no Nordeste.

Em 2024, o Brasil somava 72 organizações criminosas e cerca de 30 estavam no Nordeste.

A rota alternativa via Suriname também impulsiona o mercado ilegal na região. O caminho marítimo é uma opção vantajosa para fugir da fiscalização terrestre.

Mesmo com a logística complexa e cara, além do trajeto ser longo, essa rota beneficia os contrabandistas - traficantes de drogas e armas.

O trajeto do Paraguai, Bolívia e Chile, iniciado pelo Porto de Iquique, Canal do Panamá até chegarem ao Suriname, de onde alcançam as cidades do Norte e Nordeste brasileiros.

Esse avanço do mercado ilegal já movimentou 34 bilhões de unidades de cigarro ilícito no Brasil em 2024. O montante é avaliado em R\$ 9 bilhões.

Em 2024, estima-se que o contrabando tenha causado um prejuízo de R\$ 7,2 bilhões com evasão fiscal. Nos últimos 12 anos, o valor chega a R\$ 105 bilhões.

Facções criminosas expandem atuação no Nordeste

Segundo especialistas, o crescimento do mercado ilegal é resultado de diversos fatores, como a fra-

Continuação: Cigarros do CV invadem região brasileira e dão rombo bilionário à indústria

gilidade das fronteiras, o poder de articulação das facções criminosas e a alta carga tributária sobre o produto legal. No Maranhão, por exemplo, o ICMS sobre o cigarro foi reajustado duas vezes em 2024, aumentando a diferença de preço entre o produto legal e o contrabandeado.

"O cigarro contrabandeado é um dos pilares financeiros dessas facções, porque tem alta demanda e baixo risco comparado a outras atividades ilícitas. Ignorar esse elo é permitir que o crime siga se fortalecendo", ressalta o presidente do FNCP, Edson Vismona.

Fábricas clandestinas

O mercado ilegal de cigarros é tão vantajoso que as organizações criminosas fabricam, em território na-

cional, verdadeiras cópias das marcas de cigarro paraguaios mais contrabandeadas. Ano passado, a polícia fechou nove dessas fábricas. Em geral, a fabricação acontece em grandes galpões, com mão de obra paraguaia e submetida a condições extremamente precárias de trabalho.

Os criminosos utilizam maquinário profissional capaz de produzir milhões de maços de cigarros. Nos últimos 13 anos, foram mais de 64 fábricas desativadas em todo o país. Juntas, elas tinham um potencial de faturamento anual de R\$ 4 bilhões.

Larice De PaulaCarlos Carone

5 produtos brasileiros que você não sabia que têm indicações geográficas

BANCO DE IDÉIAS



Você já deve ter ouvido falar em **Indicação Geográfica (IG)**: trata-se de um registro conferido pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) a ou serviços que são característicos do seu local de origem. O Brasil tem 134 desses selos, entre as Indicações de Procedência e as **Denominações de Origem**, com destaque para 19 de fruticultura, 17 de cafés, 12 de vinhos e espumantes e sete de queijos.

Mas, para além de nomes como Café do Cerrado Mineiro, Vinho do Vale dos Vinhedos e Queijo da Canastra, há IGs de itens mais inusitados, como rendas, embutidos, cerâmicas e doces. PEGN esteve na feira Connection Terroirs do Brasil, que aconteceu na última semana em Gramado (RS), e garimpou alguns desses diferentes.

Veja a seguir:

1. Biscoito de São Tiago (MG) Biscoito de São Tiago (MG) - Foto: Juliana Ventura/PEGN Conquistada em 2013, a Indicação de Procedência foi conferida aos membros da Assabiscoito (Associação São Tiaguense dos Produtores de Biscoitos de São Tiago). São 21 associados que produzem mais de 20 tipos de guloseimas artesanais, como o biscoito com goiabada da imagem.

Negócios de alimentação: 5 tendências para o setor de alimentação em 2025 Alimentos mais baratos: es-

pecialistas dizem que bares e restaurantes não devem baixar valor do cardápio Empreendedores iniciais mais velhos priorizam o segmento de alimentação

2. Doces de Pelotas (RS) Vitrine com doces à base de ovos e açúcar produzidos em Pelotas (RS) - Foto: Juliana Ventura/PEGN Doces de frutas cristalizadas e docinhos de festa, como camafeus, quindins, beijinhos e bem-casados, estão entre as delícias produzidas - e reconhecidas desde 2012 por Indicação de Procedência - por docerias da cidade gaúcha de Pelotas. Nenhum doce tradicional de confeitaria de Pelotas utiliza leite condensado.

3. Cerâmica da Alegria (CE) Peças em cerâmica de barro feitas na Comunidade da Alegria (CE) - Foto: Juliana Ventura/PEGN A mais nova integrante da lista de IPs brasileiras conseguiu o registro em abril deste ano. São peças produzidas com barro e queimadas em forno. Muitas têm adornos em relevo de rendas. Além de decorar, podem ir ao forno e fogão. São fabricadas artesanalmente na Comunidade da Alegria, povoado da área rural do município de Ipu, no interior do Ceará.

4. Melado Batido e Escorrido de Capanema (PR) Potes de melado batido de Capanema (PR) - Foto: Juliana Ventura/PEGN Em 2019, a Associação de Turismo Doce Iguassu conseguiu a Indicação de Procedência para os melados batido e escorrido produzidos na cidade de Capanema. A produção dos doces é feita localmente, com a cana-de-açúcar plantada e colhida no município. O melado escorrido é apenas fervido e filtrado, enquanto o batido passa por uma batedeira por cerca de 40 minutos antes de ficar pronto. O resultado é um creme espesso que, na localidade, costuma ser consumido com polenta, pão e até pipoca.

5. Renda de Divina Pastora (SE) Trabalho em renda

Continuação: 5 produtos brasileiros que você não sabia que têm indicações geográficas

feito na cidade de Divina Pastora (SE) - Foto: Juliana Ventura/PEGN A renda irlandesa da cidade de Divina Pastora (SE) foi introduzida no início do século 20. É descrita como "linha de agulha em lacê". A IP foi conferida em 2012 à Associação para o Desenvolvimento de Renda Irlandesa de Divina Pastora.

* A jornalista viajou a convite do Connection Terroirs do Brasil.

Siga PEGN:

Universal, Warner e Sony negociam direitos com startups que fazem música com IA



Acordo com Udio e Suno acontece após disputas bilionárias por uso indevido de músicas no treinamento de algoritmos

As maiores gravadoras do mundo, Universal Music Group, Warner Music Group e Sony Music Entertainment, estão em negociações com as startups de inteligência artificial Udio e Suno para licenciar oficialmente seu catálogo musical. O objetivo é definir um modelo de compensação que permita o uso legal das obras por sistemas generativos de música.

O movimento representa uma tentativa de encerrar litígios judiciais abertos em 2023, quando as três gravadoras acusaram as startups de violação de **direitos** autorais. Na época, o setor musical, por meio da associação RIAA (Recording Industry Association of America), pediu indenizações de até US\$ 150 mil por faixa usada irregularmente - um valor que, somado, poderia chegar a bilhões de dólares.

As plataformas em questão, Udio e Suno, oferecem ferramentas para criação musical por meio de prompts de texto. Um usuário pode solicitar, por exemplo, "uma balada country moderna sobre um amor não correspondido", e o sistema entrega uma faixa sonora gerada por IA. Para funcionar, os algoritmos são treinados com bancos de dados compostos por milhões de arquivos de áudio - boa parte oriunda de

obras protegidas por **direitos** autorais.

As conversas envolvem não apenas o pagamento de taxas de licenciamento, mas também a possibilidade de as gravadoras adquirirem participações acionárias nas duas startups, como forma de mitigar riscos e se integrar ao novo mercado tecnológico. Segundo pessoas próximas à negociação, os acordos estão sendo discutidos em paralelo com cada uma das empresas, gerando uma corrida para ver qual delas firmará o primeiro pacto formal com as majors da música.

De um lado, as gravadoras buscam preservar controle sobre suas obras e evitar usos não autorizados. De outro, Udio e Suno tentam garantir flexibilidade para continuar desenvolvendo seus produtos e pedem condições comerciais compatíveis com o estágio inicial de suas operações.

IA pressiona setores criativos e reabre debate sobre "uso justo"

O embate entre indústria musical e startups de inteligência artificial reflete um impasse mais amplo sobre os limites legais do uso de conteúdo protegido para treinar modelos algorítmicos. Empresas como OpenAI, por exemplo, têm enfrentado processos semelhantes - incluindo uma ação movida pelo The New York Times -, mas também fecharam acordos com veículos como News Corp., Associated Press e Vox Media.

No caso da música, o setor tenta evitar repetir os erros do início dos anos 2000, quando plataformas de compartilhamento de arquivos como Napster e LimeWire derrubaram o faturamento global. Após anos de declínio, a indústria se reergueu com a adoção dos serviços de streaming, como o Spotify, mas mantém cautela diante de cada nova onda tecnológica.

Continuação: Universal, Warner e Sony negociam direitos com startups que fazem música com IA

O discurso público das gravadoras tem sido de abertura a inovações, desde que artistas e compositores sejam devidamente protegidos. A própria RIAA declarou que está disposta a colaborar com desenvolvedores "responsáveis" de IA, contanto que estes respeitem os limites legais e coloquem os criadores no centro do processo criativo.

Enquanto isso, Udio e Suno, ambas sediadas nos

EUA, já despertam atenção de investidores. A Udio arrecadou US\$ 10 milhões em 2023, com apoio da Andreessen Horowitz, uma das maiores firmas de capital de risco do Vale do Silício. A Suno, por sua vez, captou US\$ 125 milhões em rodada liderada pela Lightspeed Venture Partners.

Empresa de totens de segurança faz contratos com governos sem patente reconhecida pelo Inpi

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Helper diz que mecanismo atende a legislação, mas especialistas veem irregularidade

São Paulo

Uma empresa sediada no Paraná que firmou dezenas de contratos no modelo de inexigibilidade de licitação com governos e municípios para instalar totens de monitoramento virou alvo de denúncias do Ministério Público e de tribunais de contas estaduais e da União.

Equipamente da Helper contratado pelo Governo do Pará

-

A Helper tem ofertado equipamentos de monitoramento capazes de gravar imagens em 360 graus e com sirene para alertas. Já foram instalados 2.000 deles, a um custo unitário que varia de R\$ 9.900 a R\$ 15.800, dependendo da tecnologia oferecida.

A empresa diz ter **patente** dos totens, mas o **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) in-

deferiu pedido do registro, o que, segundo advogados ouvidos pela coluna, coloca em xeque a inexigibilidade de licitação.

Ao Painei, a Helper afirmou que utiliza uma **patente** licenciada de outra empresa, a Hertz. As duas empresas, segundo sua assessoria, são do mesmo grupo econômico. "Essa **patente**, que está válida e em plena vigência, foi licenciada com exclusividade à Helper por meio de contrato de licenciamento de uso e comercialização, regularmente registrado no **Inpi**", diz a Helper.

Já o instituto informou que o processo de transferência de titularidade da Hertz para Helper "encontra-se aberto, não tendo uma decisão final".

A Helper afirma atuar em mais de 70 cidades em 18 estados e diversos órgãos públicos. "Sempre respeitando a legislação. Os valores praticados são os mesmos adotados em todo o território nacional, reforçando o compromisso da empresa com a transparência e a equidade nas contratações públicas".

Advogado especialista em direito da propriedade intelectual, Marcelo Manoel Barbosa diz que, de acordo com a legislação, a cessão e a licença da **patente** somente produzirão efeitos a partir da data do deferimento da decisão proferida pelo instituto.

"Afastar o certame com base na apresentação de carta-patente por eventual fornecedor, sem a devida análise da extensão da proteção, configura conduta temerária, sujeita a enquadramento como ato de improbidade administrativa", afirma Barbosa.

Anderson Medeiros Bonfim, advogado especialista

Continuação:

Empresa de totens de segurança faz contratos com governos sem patente reconhecida pelo Inpi

em licitações, pontua que, na ausência de licitação para contratação de um fornecedor exclusivo, a escolha do contratado não pode estar atrelada a uma determinada patente.

vidade e atividade inventiva, isso não significa, necessariamente, que inexistam outras razoavelmente compatíveis no mercado que podem atender à demanda pública", diz Bonfim.

"Ainda que a invenção atente aos requisitos de no-

Gravadoras começam a negociar venda de música a empresas de inteligência artificial

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Universal Music, Warner Music e Sony Music pressionam por taxa de licenciamento e participação em Suno e Udio

As principais gravadoras estão em negociações para licenciar suas obras para as startups de inteligência artificial Udio e Suno. Os acordos estabelecem um modelo de como empresas de IA devem compensar artistas por seu trabalho, segundo pessoas familiarizadas com as conversas.

Os grupos Universal Music, Warner Music e Sony Music Entertainment estão pressionando para receber taxas de licenciamento pelo uso de suas músicas e também uma pequena participação acionária na Suno e na Udio, duas das líderes entre as empresas que usam IA generativa para criar música.

Qualquer acordo pode ajudar a encerrar os processos judiciais entre as partes, disseram as fontes, que pediram anonimato por conta da possibilidade de suspensão das negociações.

As plataformas Udio e Suno permitem que aspirantes a músicos digitem um comando como "uma balada country moderna sobre um amor não correspondido" e recebam uma gravação de áudio como resposta. Para isso, os softwares precisam ser treinados com conjuntos de dados compostos por milhões de

informações - o que inclui muitas músicas.

Disputa judicial As grandes gravadoras processaram a Udio e a Suno no ano passado, acusando-as de violação de **direitos** autorais. A RIAA (Associação da Indústria Fonográfica dos EUA, na sigla em inglês), que representa os selos, pediu até US\$ 150 mil por obra infringida, o que pode somar bilhões de dólares.

As gravadoras e as startups de IA tentam chegar a um acordo para evitar uma batalha judicial prolongada. As negociações estão ocorrendo em paralelo, criando uma espécie de corrida para ver qual empresa de IA e qual gravadora fecha um acordo primeiro.

As conversas são complexas porque os selos querem mais controle sobre o uso de suas obras, enquanto a Udio e a Suno buscam mais liberdade para experimentar e acordos a preços compatíveis com empresas iniciantes.

A Udio e a Suno não responderam aos pedidos de comentário. As três gravadoras também não comentaram.

A Udio recebeu US\$ 10 milhões no ano passado de investidores, incluindo a Andreessen Horowitz. A Suno arrecadou US\$ 125 milhões, com participação da Lightspeed Venture Partners.

Empresas de IA têm travado batalhas com grandes grupos de mídia sobre se é necessário pagar para treinar modelos com conteúdo protegido por **direitos** autorais. As empresas argumentam que isso se enquadra em "uso justo", enquanto os detentores dos direitos dizem que devem ser compensados.

O New York Times processou a OpenAI, que já fechou acordos de licenciamento com empresas como a News Corp, a Associated Press e a Vox Media.

Continuação: Gravadoras começam a negociar venda de música a empresas de inteligência artificial

A indústria musical tem enfrentado dilemas sobre como lidar com o avanço da tecnologia de IA. Embora as vendas tenham crescido na última década, ainda não se recuperaram totalmente dos danos causados na era da **pirataria** e do compartilhamento de arquivos no início da **internet**.

As gravadoras já enfrentaram novas tecnologias antes - de arquivos compartilhados a conteúdo gerado por usuários e streaming. Mas serviços como o Spotify ajudaram a reerguer o setor.

Hoje, a indústria busca um equilíbrio entre proteger

seus **direitos** autorais e adotar novas tecnologias.

- A comunidade musical abraçou a IA, e já estamos colaborando com desenvolvedores responsáveis para construir ferramentas sustentáveis de IA centradas na criatividade humana, colocando artistas e compositores no controle - disse Mitch Glazier, CEO da RIAA, ao anunciar o processo. - Mas só teremos sucesso se os desenvolvedores estiverem dispostos a trabalhar conosco.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 7, 11

Patentes
3, 11

Pirataria
5, 13

Denominação de Origem
7

Direitos Autorais
9, 13